

Declaração de Aceitação do Conteúdo do Caderno de Encargos_Anexo I

1 - José Bernardino Saraiva Lopes Amado, com o Cartão de Cidadão nº 4323124, residente em Outeiro de Gatos - Meda, na qualidade de representante legal de Civilcasa II Construções, S.A., número de identificação fiscal 507458583 e sede na E.N. 331 – 6430-198 Meda, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento por Concurso Público para a execução da **“Aquisição, Construção, Beneficiação e Reparação de Outros Edifícios (Beneficiação de Espaços da Casa Agorreta)”**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado no caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- ✓ Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos
- ✓ Nota justificativa do preço proposto;
- ✓ Memória descritiva e justificativa;
- ✓ Preços Parciais;
- ✓ Proposta global de preço;
- ✓ Lista de preços unitários;
- ✓ Plano de trabalhos;
- ✓ Plano de equipamentos;
- ✓ Plano de mão de obra;
- ✓ Plano de pagamentos e Cronograma Financeiro;
- ✓ Alvará da Civilcasa II Construções S.A.;
- ✓ Certificado EIC Civilcasa
- ✓ Certidão Permanente Civilcasa

3 – Declara ainda que renunciam a foro especial e se submetem, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 – Os declarantes têm pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 – Os declarantes têm ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Mêda, 04 de Dezembro de 2019

O representante legal